

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 27 DE ABRIL DE 2006

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA e PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelas Leis nº 4.319, de 16 de março de 1964, e nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dando cumprimento a decisão unânime do Colegiado em sua 172ª reunião ordinária, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com fulcro nos artigos 4º e 6º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, objetivando atender representação encaminhada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Espírito Santo, para a apurar a ocorrência de interceptação telefônica ilegal dos advogados: ITAMAR DE SOUZA CADETE, FRANCISCO DE OLIVEIRA, HILTON MIRANDA ROCHA SOBRINHO; CARLA DA MATTA PEDREIRA; DURVAL ALBERT BARBOSA DE LIMA; FABRÍCIO DE OLIVEIRA CAMPOS e SEBASTIÃO GALTEMAR SOARES, que consistiu na violação aos direitos e garantias fundamentais dos mesmos, bem como, das prerrogativas profissionais asseguradas pelo art. 7º, inciso II, da Lei Federal 8.906/94.

Art. 2º A Comissão terá a seguinte composição;

- I. Doutor HUMBERTO PEDROSA ESPÍNOLA – Representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH;
- II. Doutora IVANA FARINA NAVARETTE PENA – representante do Colégio de Procuradores Gerais de Justiça do Brasil
- III. Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- IV. Representante do Ministério Público Federal – MPF.

Art. 3º A Comissão Especial exercerá suas atividades por noventa (90) dias, prorrogáveis pelo prazo que se fizer necessário ao exercício de suas atribuições, devendo submeter relatórios parciais e relatório final ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.



PAULO DE TARSO VANNUCHI